

## **BALEIA AZUL: Patrulha Escolar orienta diretores sobre os procedimentos NRE Campo Mourão**

Postado em: 27/04/2017

O jogo virtual "Baleia Azul", que induz crianças e adolescentes a autoflagelação e ao suicídio, foi o assunto principal, na manhã de quarta-feira (26), da reunião entre o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), Ouvidoria do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Campo Mourão e diretores das escolas estaduais.

Eleano Alves  
Assessoria de Comunicação

O jogo virtual "Baleia Azul", que induz crianças e adolescentes a autoflagelação e ao suicídio, foi o assunto principal, na manhã de quarta-feira (26), da reunião entre o Batalhão da Patrulha Escolar Comunitária (BPEC), Ouvidoria do Núcleo Regional de Educação (NRE) de Campo Mourão e diretores das escolas estaduais.

Durante a reunião, que aconteceu na sede da regional, o comandante do BPEC, sargento Luciano Barreto de Oliveira, explicou sobre o funcionamento do jogo e frisou que, apesar de não haver motivo para pânico, os servidores das escolas devem ficar atentos a qualquer sinal de envolvimento dos alunos com o jogo e, ao constatarem casos, medidas devem ser tomadas. "A escola deve, primeiramente, acolher a vítima, sem repreensão. Após, deve contactar os responsáveis pelo estudante, e orientá-los, também, a não agir com severidade, pois a vítima já está fragilizada. A repreensão não contribui com a solução do problema, mas ao contrário, pode agravá-lo", orientou.

O comandante salientou, ainda, que os responsáveis pela vítima, devem ser orientados a registrarem a ocorrência na delegacia, levando, consigo, cópias das conversas da vítima com os administradores do jogo. "É importante que os pais dos alunos envolvidos não apaguem as conversas que seus filhos tiveram com os curadores do jogo, pois elas serão provas de que houve um crime cibernético", disse. "Todas esses passos dados pela escola, devem ser registrados em ata", acrescentou.

Nos casos em que a vítima sofreu com lesões físicas e psicológicas, a Rede de Proteção do município, formada por representantes dos setores da saúde, dos conselhos de proteção à criança e o adolescente e da educação, deve ser informada pela escola. "Em geral, os municípios já estão com um aparato organizado para atender esses casos", comentou o comandante.

Na ocasião, o sargento frisou, ainda, sobre a facilidade que os administradores do jogo encontram para obter informações de suas vítimas e ameaçá-las. "Para conseguirem o que querem, eles fazem todo tipo de ameaça. E para que a vítima acredite nas ameaças, eles usam informações sobre ela e sua família, através da internet. Dizem saber o nome de cada membro da família e que, se não realizarem os desafios propostos no jogo, sua família será punida. Por isso, é importante que as pessoas não disponibilizem seus dados pessoais nas Redes Sociais, a exemplo, o Facebook, o Instagram e o WhatsApp", destacou.

Participaram da reunião, os representantes dos colégios estaduais Aducto da Silva Rocha (Luiziana), Princesa Isabel (Araruna), São Luiz Gonzaga (Mamborê), de Bourbonia e Machado de Assis (Barbosa Ferraz), Olavo Bilac e 14 de Dezembro (Peabiru), Estadual de Campo Mourão, Professora Ivone Soares Castanharo, Prefeito Antônio Teodoro de Oliveira, Professor Darcy José Costa, Unidade Polo, Marechal Rondon, Jaelson Biacio, Dom Bosco, Novo Horizonte, Agrícola e Ceebejacam (Campo Mourão).

PARANÁ - Representantes das Secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Juventude, Polícias Civil e Militar, Ordem dos Advogados do Brasil no Paraná, Celepar, Ministério Público e Conselho Tutelar se reuniram na tarde desta quinta-feira (20), no auditório da Secretaria de Estado da Educação, para dar continuidade aos trabalhos de prevenção e orientação à população em relação a jogos virtuais prejudiciais. Ficou decidido que será formada uma comissão multidisciplinar, envolvendo diversos órgãos e instituições, que debaterá e desenvolverá estratégias de proteção aos jovens no mundo virtual. Esse trabalho será feito paralelamente às orientações que já estão sendo repassadas às famílias, através dos vários órgãos governamentais, como Saúde, Segurança Pública, Educação e Juventude. "A soma das nossas ações integradas, em convergência, vai ajudar na proteção dos jovens", disse a secretária de Estado da Educação, professora Ana Seres.

A superintendente da Educação, Inês Carnieletto, explicou que o Plano Estadual de Direitos Humanos já tem um eixo relativo à família, e que a implementação dessas ações de maneira coordenada, resgatando o papel da família, por si só já será eficiente. "Hoje é Baleia Azul, amanhã é outra coisa. Nosso trabalho precisa ser constante e amplo, valorizando a família e o envolvimento da comunidade escolar na vida dos alunos", afirmou Inês.

A orientação é que os familiares, caso percebam que os filhos estão sendo chamados a participar desse tipo de jogo, procurem as delegacias de polícia em suas cidades para fazer denúncias. Se possível, levar um "print" da tela identificando URL e outros dados que possam levar à identificação dos envolvidos.

No caso das escolas, educadores estão orientados a observar comportamentos inusitados nos estudantes, como isolamento e marcas no corpo, chamar a família e dar o encaminhamento necessário conforme o caso (que pode ser de assistência pedagógica ou médica). A Ouvidoria da secretaria da Educação também pode ser acionada pelo fone 0800-419192 ou pelo e-mail [ouvseed@pr.gov.br](mailto:ouvseed@pr.gov.br).

Já para evitar o uso dos celulares e internet durante a madrugada, a orientação é que os pais não deixem sinal disponível e acompanhem a rotina dos filhos.